



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Logo após a entrada em funcionamento do Metro Ligeiro, registaram-se frequentes acidentes que, embora pequenos, foram suficientes para alertar as pessoas. Esse novo sistema de transporte custou mais de 10 mil milhões de patacas e as operações são asseguradas por uma empresa experiente, por isso, a exigência “zero acidentes” não é de todo elevada. Porém, na realidade, registou-se uma série de acidentes, o que é inaceitável. Perante as interpelações dos deputados, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, pediu aos deputados para não exigirem tanto porque não há coisas perfeitas, considerou que a ocorrência de pequenos acidentes era inevitável, e afirmou ainda que, se as exigências fossem demasiado elevadas e se quisesse mesmo imputar responsabilidades, os residentes de Macau que trabalham na empresa do Metro Ligeiro poderiam, eventualmente, perder a sua tigela de arroz.

Tratando-se dum dos titulares dos principais cargos do Governo, esta afirmação suscita muitas dúvidas. Se acontecer algum acidente com o Metro Ligeiro, a culpa é dos residentes de Macau? São os residentes de Macau que trabalham naquela empresa que assumem as responsabilidades?

O Metro Ligeiro é uma coisa nova em Macau. A afirmação de que as pessoas de Macau não têm experiência na operação do Metro Ligeiro é verdadeira. Foi essencialmente devido à falta de experiência dos residentes de Macau na operação deste tipo de sistema de transporte colectivo que o Governo da RAEM contratou, por 5800 milhões de patacas, a MTR de Hong Kong para assegurar as operações do Metro Ligeiro durante 80 meses, ou seja, estamos a gastar, em média, mais de 70 milhões de patacas por mês. Os residentes de Macau estão dispostos a gastar mais de 5000 milhões para entregar o Metro Ligeiro à MTR, porque acreditam que a experiência desta empresa pode evitar erros e acidentes na operação do Metro Ligeiro, e que esta empresa pode ajudar-nos a criar uma equipa de pessoal local capaz de gerir, no futuro, o Metro Ligeiro. Mas, afinal, são os trabalhadores locais que assumem as responsabilidades caso haja algum acidente. Será que, por outras palavras, os trabalhadores de Macau ficaram agora “reféns”, isto é, em caso de acidente e se for preciso apurar responsabilidades, os trabalhadores locais terão de assumir as responsabilidades e perder a sua tigela de arroz?

IE-2020-02-21-Au Kam San (P) AV-APN



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. A operadora do Metro Ligeiro de Macau é uma empresa com muita experiência. Porque é que não conseguiu prever os problemas na operação do Metro Ligeiro? Nem sequer conseguiu prever os problemas na fase de funcionamento experimental, quando não havia passageiros, nem os problemas na fase de funcionamento normal, quando já estava cheio de passageiros?
2. O Governo da RAEM escolheu a MTR por ser uma empresa muito experiente, e pagou o avultado montante de 5800 milhões de patacas para esta assegurar as operações do Metro Ligeiro durante 80 meses. Em caso de acidente, a responsabilidade é da operadora ou dos trabalhadores residentes de Macau? Porque é que o Secretário Raimundo do Rosário disse que, se forem imputadas responsabilidades aos acidentes do Metro Ligeiro, poderá partir-se a tigela de arroz dos trabalhadores locais? Será que a operadora emitiu alguma advertência ao Governo, ameaçando-o de não poder imputar responsabilidades?
3. Trata-se duma empresa que recebeu 5800 milhões de patacas para assegurar as operações do sistema por um período de 80 meses, então, como é que vai assumir a responsabilidade de garantir “zero acidentes”? Caso se verifiquem acidentes, mesmo que pequenos, a responsável não deve ser a empresa? Os problemas não devem ser atempadamente resolvidos e divulgados? Mesmo que os acidentes sejam causados por algum trabalhador ficam a dever-se a má gestão e à falta de liderança por parte da operadora, portanto, esta continua a ter responsabilidades indeclináveis.

21 de Fevereiro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**